



# FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES CONSULTA PÚBLICA Nº 8/2019 - de 06/03/2019 a 04/04/2019

NOME: Shell Brasil Petróleo Ltda.

<input checked="" type="checkbox"/> ( X ) agente econômico <input type="checkbox"/> ( ) consumidor ou usuário			<input type="checkbox"/> ( ) representante órgão de classe ou associação <input type="checkbox"/> ( ) representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor		
Edital de Chamada Pública para a contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural referente ao Gasoduto Bolívia-Brasil (Rede de Transporte da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.)					
ARTIGO DA MINUTA		PROPOSTA DE ALTERAÇÃO		JUSTIFICATIVA	
		<b>Contrato de Prestação de Serviço de Transporte Firme de Saída de Gás Natural</b>			
5.2		Caso todas as condições estabelecidas acima não tenham sido cumpridas, e/ou dispensadas pelo TRANSPORTADOR, dentro do prazo estabelecido no item 5.1, o CONTRATO será considerado rescindido de pleno direito sem qualquer responsabilidade para qualquer das PARTES. O cumprimento e/ou dispensa das referidas condições deverá ser comunicado pelo TRANSPORTADOR ao CARREGADOR por NOTIFICAÇÃO enviada até o prazo estabelecido no item 5.1. Caso o TRANSPORTADOR não faça a comunicação dentro do prazo, será considerado que as condições precedentes foram integralmente cumpridas e as disposições constantes do presente CONTRATO se tornarão exigíveis pelo CARREGADOR e pelo TRANSPORTADOR.		Todas as condições precedentes dizem respeito apenas ao Transportador. O GSA mencionado na condição precedente se refere ao GSA que o transportador deve firmar para garantir o GUS e as regras de balanceamento.  É necessário que também haja previsão de Condição precedentes a serem cumpridas pelo Carregador. Não é possível se esperar que o carregador ao participar da chamada pública já tenha um GSA assinado.  Da mesma forma, o prazo de 30 dias antes do fornecimento é exíguo e traz incertezas e riscos para o Carregador.  Confirmar que não haverá qualquer consequência caso não sejam atendidas às condições precedentes no prazo estabelecido.	
		<b>Anexo III – Termos e Condições Gerais do Contrato (TCG)</b>			
AFILIADA		significa, em relação a qualquer Parte, qualquer outra pessoa física e/ou jurídica controlada direta ou indiretamente, seja controlada ou sob controle comum com tal Parte. Conforme utilizado nesta definição, "controle" significa a posse do poder de		Para fins da cláusulas 12.2.1, (vii), segue proposta para a definição de Afiliada.	

	dirigir individualmente ou promover a direção da administração e de políticas de uma pessoa, seja mediante a titularidade de valores mobiliários com direito de voto, por contrato ou de outra forma, mas apenas durante o tempo em que subsiste tal poder;	
<b>ENCARGO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE</b>	significa a remuneração devida ao TRANSPORTADOR, pela prestação do SERVIÇO DE TRANSPORTE FIRME DE ENTRADA <u>pelo CARREGADOR DE ENTRADA</u> ou, conforme o caso, pelo CARREGADOR DE SAÍDA ao TRANSPORTADOR, pela prestação do SERVIÇO DE TRANSPORTE FIRME DE SAÍDA, calculada na forma do Anexo II, A ou B, conforme o caso, Apêndice B deste CONTRATO;	Inserção feita para clarificar redação
<b>12.2.1 (v)</b>	MUDANÇA DE LEGISLAÇÃO APLICÁVEL que afete de forma substancial e adversa o objeto do CONTRATO ou a PARTE AFETADA, respeitado o disposto na alínea (vii) do item 12.3 desta Cláusula abaixo; <del>ou</del>	1. “forma substancial e adversa” – conceito muito amplo. 2. Não há alínea (vii) no item 12.3. Corrigir referência cruzada; e 3. Excluir o “ou” para adequar às alíneas abaixo.
<b>12.2.1 (vi)</b>	Qualquer evento ou situação que afete, comprovadamente, o cumprimento das obrigações do TRANSPORTADOR em qualquer contrato de transporte ou nos CONTRATOS LEGADOS, desde que tal evento ou situação possa ser caracterizado como FORÇA MAIOR, incluindo eventos de FORÇA MAIOR que afetem o cumprimento do GSA TRANSPORTE ENTRADA ou GSA TRANSPORTE SAÍDA.; <del>ou</del>	1. Corrigir pontuação; e 2. Favor esclarecer como será alocada a capacidade entre o presente TCG e os CONTRATOS LEGADOS, se, nessa hipótese, o evento de FORÇA MAIOR houver uma redução de capacidade?
<b>12.2.1 (vii)</b>	desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos de uma PARTE <del>ou de uma AFILIADA</del> .	O que são os “ativos de uma PARTES”? Nesse caso, específico sugere-se que seja incluída a definição de AFILIADA: significa, em relação a qualquer Parte, qualquer outra pessoa física e/ou jurídica controlada direta ou indiretamente, seja controlada ou sob controle comum com tal Parte. Conforme utilizado nesta definição, "controle" significa a posse do poder de dirigir individualmente ou promover a direção da administração e de políticas de uma pessoa, seja mediante a titularidade de valores mobiliários com direito de voto, por contrato ou de outra forma, mas apenas durante o tempo em que subsiste tal poder.
<b>12.3.1 (v)</b>	<del>qualquer evento, de FORÇA MAIOR ou não, ocorrido a um contratado ou subcontratado do CARREGADOR DE ENTRADA, que o impeça de disponibilizar o GÁS nos PONTOS DE ENTRADA, ou do CARREGADOR DE SAÍDA de retirar GÁS nos PONTOS DE SAÍDA;</del>	Não se pode aceitar a exclusão de um evento de FORÇA MAIOR em um contrato da cadeia associado a esse TCG do rol de eventos de FORÇA MAIOR do TCG. Pleiteia-se a exclusão dessa alínea, tratamento deve ser equiparado ao previsto na cl. 12.2.1 (vi), note que o TRANSPORTADOR é eximido de suas obrigações no TCG em hipóteses de FM em outros contratos de transportes (incluindo os CONTRATOS LEGADOS) e os GSA's de entrada/saída firmados pelo TRANSPORTADOR.

12.7.1		
12.8.1	Exclusão	Diante de um evento de Força Maior, entende-se indevido o pagamento de qualquer encargo, tal como previsto nas cláusulas 12.7.1, 12.8.1 e 12.9.1. Sugere-se a exclusão das referidas cláusulas.
12.9.1		
12.10.1	Ocorrendo uma situação que se caracterize como fato do príncipe, e desde que e namedida que tal situação, comprovadamente, afete <b>qualquer uma das PARTES e TRANSPORTADOR</b> , impedindo-a e ou onerando-a e substancialmente de tal forma que a execução de suas obrigações, previstas no CONTRATO, se torne dificultosa e/ou extremamente gravosa e /ou prejudicial, acarretando um desequilíbrio econômico-financeiro <b>a tal PARTE ao TRANSPORTADOR</b> , esta e terá o direito de propor à outra PARTE a alteração do CONTRATO DE TRANSPORTE FIRME de modo a fazer cessar a dificuldade, a situação gravosa e/ou prejudicial, e o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido.	A cláusula deve ser bilateral, conforme redação proposta.
13.1.1 (i)	atraso no pagamento de um DOCUMENTO DE COBRANÇA por período igual ou superior a 60 (sessenta) DIAS contados do seu vencimento, salvo se submetido ao procedimento previsto na Cláusula Onze. O TRANSPORTADOR estará automaticamente autorizado a compensar os valores relativos a tal DOCUMENTO DE COBRANÇA com quaisquer valores devidos pelo TRANSPORTADOR ao CARREGADOR, notificando o CARREGADOR sobre a compensação realizada. Se tal compensação não for suficiente para quitar o montante referente a tal não pagamento, o TRANSPORTADOR poderá executar a GARANTIA prevista da Cláusula Quinze deste TCG e/ou rescindir o CONTRATO;	Não aceitável a compensação automática antes de se submeter a disputa aos mecanismos previstos no TCG.
13.1.3	Na hipótese de rescisão do CONTRATO na forma dois itens 13.1.1 e 13.1.2 desta Cláusula, o CARREGADOR está obrigado a pagar ao TRANSPORTADOR, como indenização aplicável a tal rescisão, o valor das perdas e danos diretos <b>comprovados</b> , excluídos os danos indiretos e lucros cessantes. A indenização mínima devida ao TRANSPORTADOR nessa hipótese será correspondente ao valor relativo ao ENCARGO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE somado ao ENCARGO DE CAPACIDADE DE TRANSPORTE NÃO UTILIZADA que seriam devidos até o termo final do CONTRATO.	Manter equilíbrio entre as partes do contrato e coerência com o previsto na cl. 13.2.4.
13.2.1 (i)	atraso no pagamento de um DOCUMENTO DE COBRANÇA por período igual ou superior a 60 (sessenta) DIAS contados do seu vencimento, salvo se submetido ao procedimento previsto na Cláusula Onze. O CARREGADOR estará automaticamente autorizado a compensar os valores relativos a tais DOCUMENTOS DE COBRANÇA com quaisquer valores devidos pelo CARREGADOR ao TRANSPORTADOR, desde que o CARREGADOR tenha notificado o TRANSPORTADOR de sua intenção de fazê-lo. Se tal compensação não for suficiente para quitar o montante referente a tal	Não aceitável a compensação automática antes de se submeter a disputa aos mecanismos previstos no TCG.

	não pagamento, o CARREGADOR poderá rescindir o CONTRATO;	
14.3.2	A ARBITRAGEM será regida, em todos os seus procedimentos, pelo Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CAMCCBC”), exceto na hipótese de tais regras estarem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade de <del>São Paulo</del> do Rio de Janeiro, Estado de <del>São Paulo</del> do Rio de Janeiro, Brasil, sendo que a administração da ARBITRAGEM caberá ao CAM-CCBC, salvo se as PARTES, de comum acordo, elegerem outro órgão para administrar a ARBITRAGEM.	A fim de manter alinhamento com a cláusula 14.3.12, recomenda-se que a sede da arbitragem seja a cidade do Rio de Janeiro/RJ.
14.4	<del>Uma vez que as PARTES acordem que uma controvérsia deve ser submetida à PERITAGEM, ou haja previsão contratual expressa para que uma controvérsia seja submetida à PERITAGEM, serão aplicados os dispositivos enumerados nos itens de 14.5 a 14.10 abaixo.</del>  Não obstante os termos item 14.3, se uma controvérsia de natureza técnica surgir com relação ao cumprimento ou não cumprimento de qualquer uma das disposições das Cláusula 11 deste CONTRATO e dos Apêndices I (Requisitos Técnicos) e II (Balanceamento), estando tal controvérsia relacionada aos assuntos técnicos referidos na Cláusula e Apêndices aqui relacionados; ou quando expressamente previsto neste CONTRATO, as Partes concordam em submeter a controvérsia a uma peritagem, nos termos previstos nos itens 14.5 a 14.10 abaixo.	A cláusula é completamente aberta quanto ao escopo da peritagem. De acordo com o contrato, as partes podem escolher a via da peritagem antes da arbitragem, mas não há indicação de quais matérias podem ser encaminhadas à peritagem. Recomenda-se definir previamente matérias que podem ser objeto da peritagem, tais como correção de erros e falhas de medição.
14.5.1 (ii)	<del>de comum acordo, as PARTES deverão, no prazo de 60 (sessenta) DIAS da entrega da NOTIFICAÇÃO a que se refere a alínea (i) precedente, designar o PERITO responsável pelo exame da matéria controversa; O PERITO será nomeado pelo Centro Internacional de ADR da ICC de acordo com o Regulamento de Nomeação de Peritos e Neutrals da Câmara Internacional de Comércio dentro de 30 (trinta) DIAS de uma solicitação por escrito de qualquer uma das PARTES para a nomeação de tal PERITO;</del>	Para a nomeação do perito, recomenda-se a utilização da ICC.
14.5.1 (iii)	<del>se dentro do prazo definido na alínea (ii) precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, então a PARTE que tiver suscitado a controvérsia deverá, no prazo de 5 (cinco) DIAS, contratar a referida PERITAGEM junto a uma das seguintes empresas internacionalmente reconhecidas e com representação no país: Det Norske Veritas (DNV), Bureau Veritas (BV), American Bureau of Shipping (ABS) e Lloyd's Registers;</del>	Para a nomeação do perito, recomenda-se a utilização da ICC, conforme cláusula acima.
16.6	Sem prejuízo do estabelecido nesta cláusula, o TRANSPORTADOR poderá ceder, caucionar ou gravar, aos seus agentes financeiros, ou a qualquer pessoa designada por esses agentes financeiros, como meio de garantia ou cobrança, seus direitos ou	Por questões de compliance, é necessário o consentimento prévio do Carregador.

	créditos relacionados ao CONTRATO, não sendo necessário, para tanto, o consentimento do CARREGADOR, <b>o qual não poderá ser imotivadamente negado.</b> <del>e qual se obriga a reconhecer por escrito quaisquer dessas cessões para tais pessoas indicadas mediante requerimento do TRANSPORTADOR. O CARREGADOR, neste ato, renuncia a qualquer direito que possa ter com relação à aprovação ou consentimento a qualquer financiamento ou documentação de garantia celebrado pelo TRANSPORTADOR em relação a tal agente financeiro.</del>	
17.2.1 (iv)	O CARREGADOR que possui CAPACIDADE CONTRATADA DE TRANSPORTE no PONTO DE ENTRADA ou ZONA DE SAÍDA em questão utilizou, na média aritmética simples calculada com base nas QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS DE SAÍDA ou nas QUANTIDADES DIÁRIAS ALOCADAS DE ENTRADA, conforme aplicável, <b>menos do que 80% da CAPACIDADE CONTRATADA DE TRANSPORTE neste PONTO DE ENTRADA ou ZONA DE SAÍDA</b> , conforme o caso, durante um intervalo de tempo de 4 (quatro) meses, para contratos de transporte de duração inicial inferior a 3 (três) anos, ou de 12 (doze) meses, para contratos de transporte com duração inicial igual ou superior à 3 (três) anos. O primeiro período de avaliação iniciar-se-á na DATA DE INÍCIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE e será seguido pelos demais, sucessivamente, durante a vigência do CONTRATO, sendo que a verificação será feita de forma isolada em cada período, desconsiderando-se as médias observadas nos períodos precedentes;	A utilização menor que 80% da Capacidade Contratada de Transporte não é um critério razoável no caso de um contrato onde a Capacidade Contratada de Transporte represente um percentual baixo comparado à capacidade total do gasoduto. Nessa hipótese, a não utilização da capacidade contratada não significaria um bloqueio ao acesso de terceiros ao mercado.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: [sim@anp.gov.br](mailto:sim@anp.gov.br), fax (21) 2112-8618.